Relatório das Linhas de Acção Governativa da RAEM para o Ano Financeiro de 2013

Síntese

Administração e Justiça

Vamos construir um "Governo prestador de serviços e responsável", melhorar a eficiência do funcionamento e a qualidade dos serviços, aperfeiçoar a edificação do sistema jurídico, optimizar as medidas relativas aos assuntos cívicos e à vida da população, defender os princípios de justiça, imparcialidade e integridade da cultura eleitoral e assegurar que as eleições para a 5.ª Assembleia Legislativa decorram com normalidade.

Administração Pública

- Elevar a qualidade dos serviços prestados pelo Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau, bem como ampliar os serviços automáticos e serviços electrónicos a nível interdepartamental;
- Impulsionar o recrutamento centralizado e a formação para efeitos de acesso dos trabalhadores da Administração Pública, bem como aperfeiçoar a gestão da dimensão do número de trabalhadores;
- Aperfeiçoar a avaliação de mérito e eficácia dos quadros dirigentes, intensificar a edificação da integridade e a auditoria;
- Optimizar a estrutura orgânica do Governo, assim como aprofundar o desenvolvimento de estudos e análise sobre as funções na área da cultura e do desporto, aperfeiçoando ainda as respectivas acções subsequentes.

Ampliação dos serviços automáticos interdepartamentais com vista a serem mais humanos e convenientes

Justiça

- Optimizar o funcionamento do "mecanismo de coordenação centralizada da reforma jurídica", assim como coordenar a execução dos projectos do plano de produção legislativa, articulando-a com a apreciação das propostas de lei pela Assembleia Legislativa;
- Impulsionar e concluir as acções de recensão e adaptação legislativa;
- Desenvolver as actividades de promoção referentes ao 20.º Aniversário da Promulgação da Lei Básica, concluir a construção do Pavilhão de Exposição sobre a Lei Básica, e providenciar a entrada em funcionamento do Centro de Generalização do Direito;
- Intensificar as acções de formação jurídica, elevar o nível de qualidade dos funcionários e a aplicação correcta da lei;
- Aperfeiçoar os assuntos do Direito Internacional, consolidar e alargar o intercâmbio e a cooperação entre a Região Administrativa Especial de Macau e outros países e regiões.

Assuntos Cívicos e Municipais

- O Centro de Segurança Alimentar entrará em funcionamento após a aprovação da Lei de Segurança Alimentar, com vista a desenvolver, de forma ordenada, as acções de gestão dos riscos da segurança dos produtos alimentares e respectiva avaliação e divulgação;
- Acompanhamento rigoroso das obras de construção do novo Mercado Abastecedor e realização dos preparativos para a mudança do Mercado;
- Trabalhos preparatórios para o início das obras de construção do projecto de complexo turístico na Praça do Lago Sai Van;
- Demolição do antigo Mercado da Ribeira do Patane e construção de um novo edifício com 11 pisos no complexo do mercado municipal;
- Disponibilização de mercados municipais, centros para compras, centros de actividades comunitárias, bibliotecas e outras instalações nos novos bairros de habitação pública.

Economia e Finanças

Empenho em acompanhar de perto a evolução da conjuntura económica e financeira internacional para prevenção dos riscos económicos e financeiros internos e externos, assegurando a solidez das indústrias privilegiadas, esforçando-se para manter o crescimento estável da economia, intensificando a participação na cooperação regional a nível económico, por forma a promover a diversificação sectorial e a construção do centro mundial de turismo e lazer e da plataforma regional de serviços comerciais.

Prevenção dos riscos financeiros para manter um crescimento estável

- Reforçar a supervisão financeira para assegurar a solidez e a estabilidade do sistema financeiro;
- Promover acções tendentes à captação dos investimentos estrangeiros, mantendo o investimento público de dimensão adequada;
- Assegurar a estabilidade e a expansão dos sectores predominantes e promover o desenvolvimento de novas actividades económicas.

Apoio às pequenas e médias empresas para a vitalização empresarial

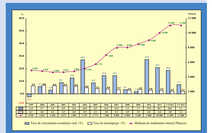
- Implementar eficazmente os planos de apoios e de garantia de créditos às entidades empresariais;
- Apoiar no desenvolvimento de produtos e serviços de marca de Macau;
- Atenuar as dificuldades das empresas em matéria de falta de recursos humanos, reforçando os serviços prestados a favor das mesmas.

Aceleração do desenvolvimento do sector de convenções e exposições para promover a diversificação adequada da economia

- Acelerar o desenvolvimento do sector de convenções e exposições e criar feiras e exposições de marca;
- Impulsionar a reconversão industrial;
- Promover, de forma coordenada, o desenvolvimento dos sectores logístico e de venda a retalho, das indústrias culturais e criativa e de medicina tradicional chinesa, entre outros.

Aprofundamento da cooperação regional e promoção da construção de plataformas

- Promover a consolidação do CEPA, prestando apoio ao sector empresarial na conquista de mercados;
- Impulsionar a cooperação Guangdong-Macau, participando na exploração da Ilha de Hengin e na construção da zona de parques industriais no âmbito da cooperação das duas localidades;
- Promover a construção da plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, participando activamente na cooperação da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas.



Evolução da taxa de crescimento económico real, taxa de desemprego e mudança do rendimento mensal do emprego de 1999 até 2.º trimestre de 2012

Manutenção do pleno emprego e garantia eficaz da qualidade de vida da população

- Promover o emprego, procurando manter uma baixa taxa de desemprego;
- Reforçar as acções de formação profissional destinadas aos trabalhadores locais para promover a sua progressão na carreira;
- Tomar atempadamente medidas que visam atenuar as dificuldades dos cidadãos na sua vida quotidiana, promovendo a implementação eficaz das mesmas;
- Acompanhar a situação de inflação e explorar novos canais de abastecimento de produtos alimentares.

Reforço da administração científica e empenho na realização das acções governativas nos termos da lei

- Reforçar a monitorização do sector do jogo;
- Intensificar as acções de fiscalização dos trabalhadores não residentes;
- Aperfeiçoar a administração das finanças públicas;
- Rever e melhorar legislação relevante.

Segurança

Garantir o combate eficaz às actividades criminosas que afectam a vida das pessoas e o ambiente de paz e harmonia social que queremos proporcionar a toda a população de Macau. Prevenir o crime e melhorar os índices de segurança, da comunidade; promover uma relação harmoniosa entre a Polícia e o cidadão; melhorar o desempenho das FSSM para garantir uma vida segura e tranquila.

Acção de polícia

- Implementar uma acção policial intensiva, combatendo o crime e salvaguardar a segurança da comunidade;
- Reforçar a investigação criminal e o trabalho de prevenção, mantendo uma atenta pesquisa e análise das informações, com foco na aplicação e recursos humanos;
- Introduzir tecnologia avançada, reforçar as infra-estruturas e equipamentos para melhorar o desempenho da polícia;
- Criar um ambiente rodoviário seguro, privilegiando métodos científicos e tecnológicos no reforço do policiamento de trânsito;
- Estabelecer um novo e mais conveniente modelo de desembarque aduaneiro, para promover o desenvolvimento do comércio e da economia.

As vias exclusivas para estudantes nas fronteiras

Cultura de gestão

- Optimizar a coordenação da acção policial e as operações conjuntas de vários departamentos, melhorando a gestão interna;
- Fortalecer as tecnologias de informação e a sua actualização sistemática, optimizar os serviços de migração;
- Reforçar o sistema de passagem automática, acrescentar mais canais para o efeito;
- Proceder a um recrutamento activo e a uma formação sistemática, em ordem a dispor de profissionais qualificados para as FSSM;
- Adoptar uma gestão prisional científica, optimizando a relação dialética entre a execução das penas privativas de liberdade e a reinserção social do recluso.

Segurança da comunidade

- Continuar a aprofundar o policiamento comunitário, para promover o fortalecimento das relações harmoniosas entre a polícia e o cidadão;
- Fortalecer as competências profissionais de combate a incêndio e optimizar as equipes de resgate, orientando essa actividade para o interesse das pessoas e suas vidas;
- Acompanhar os diversos planos de construção de grande escala e rever a implementação no terreno do dispositivo dos serviços de bombeiros;
- Consolidar a estrutura de protecção civil e, no sentido de uma permanente melhoria a da coordenação e a qualidade da resposta, incrementar exercícios ajustados às ameaças actuais;
- Melhorar a cooperação dos serviços alfandegários e de controlo de fronteiras da China Interior, por forma a garantir a segurança das vias marítimas.

Assuntos Sociais e Cultura

Em observância da linha orientadora «ter por base a população e tomar decisões políticas fundadas em critérios científicos», empenhando-se em persistir nos princípios de uma acção governativa legal, integra, diligente, zelosa, pragmática e eficaz, melhorar e ter por preocupação a vida da população bem como elevar o nível do seu bem-estar geral.

No domínio da Saúde

- Expansão do serviço de apoio a doentes, promoção da eficácia dos serviços de diagnóstico e terapêuticos;
- Optimização da distribuição dos recursos humanos, aumento do nível dos serviços de prestação de cuidados de saúde;
- Optimização da estrutura do sistema de saúde, contributo para uma cidade saudável.

Passeio de intercâmbio "Andar dá Saúde"

Nos domínios da Educação e da Juventude

- Planeamento do desenvolvimento do ensino superior, criação de um mecanismo para garantir a sua qualidade;
- Melhoria da eficácia do investimento em recursos, aumento constante da qualidade educativa;
- Reforço do corpo docente, garantia da saúde mental e física dos alunos;
- Elaboração das políticas para os jovens, reforço da sua participação social.

Nos domínios da acção social e da segurança social

- Reforço do apoio aos grupos em situação económica mais vulnerável, aperfeiçoamento dos serviços comunitários prestados a famílias;
- Melhoria dos serviços da reabilitação para os idosos, prestação de educação às crianças e de apoio aos jovens;
- Implementação do regime da segurança social de dois níveis, planeamento dos futuros projectos de desenvolvimento;

No domínio do turismo

- Aprofundamento do sistema de Turismo de Lazer, desenvolvimento de produtos culturais e turísticos;
- Melhoramento da formação em gestão da indústria, estímulo ao turismo de qualidade;
- Reforço do desenvolvimento da cooperação regional, exploração de novos mercados turísticos.

No domínio da cultura

- Aprofundamento do trabalho de salvaguarda do património cultural, valorização da cultura local;
- Criação de uma vida cultural nos bairros residenciais, aumento do espaço das indústrias culturais e criativas;
- Promoção da formação de quadros qualificados nas diversas áreas e implementação de acções de divulgação cultural.

No domínio do desporto

- Consolidação das actividades regulares, promoção do desenvolvimento do desporto para todos;
- Desenvolvimento do papel da medicina desportiva e estabelecimento do modelo de formação especializada;
- Promoção da construção de instalações desportivas e promoção do desenvolvimento do desporto local.

Transportes e Obras Públicas

Cooperação Regional e Planeamento Urbanístico

- Promover o projecto de construção de um novo acesso entre Guangdong e Macau, acelerar a elaboração dos planos de cooperação regional;
- Aprofundar a cooperação nas infra-estruturas transfronteiriças, no trânsito, na protecção ambiental e na construção fronteiriça, e garantir o abastecimento estável de água e energia eléctrica;
- Submeter a aprovação da "Lei do Planeamento Urbanístico" e empenhar esforços na elaboração do projecto do "Plano Director das Novas Zonas Urbanas".

Gestão de solos e Urbanização

- Acompanhar o processo legislativo de revisão da "Lei de Terras", aperfeiçoar as leis sobre a construção urbana, melhorar os procedimentos da apreciação de projectos, resolver gradualmente os problemas das obras ilegais;
- Em articulação com a construção da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e dos novos aterros, iniciar o estudo de viabilidade da quarta passagem entre Macau e a Ilha da Taipa;
- Construção de um sistema de mobilidade suave urbana, continuar a proceder ao prolongamento dos pontos de ligação das vias.

Habitação

- Estabelecer as estratégias do desenvolvimento para a habitação pública, em diferentes fases, e lançar o novo concurso de candidatura a habitação social e habitação económica;
- Iniciar faseadamente a atribuição de habitação e reforçar a construção da habitação pública após o projecto de 19 000 habitações públicas, concretizar as medidas para a promoção do desenvolvimento saudável do mercado imobiliário;

Melhorar os apoios das infra-estruturas, criar uma cidade com condições adequadas para a população e turistas do território

- Ajustamento dos planos do Fundo de Reparação Predial, reforçar o apoio na administração dos edifícios.

Trânsito e Transportes

- Aperfeiçoar a rede dos transportes públicos, criar rede de carreiras rápidas em articulação com a conclusão da construção do conjunto de habitações públicas. Concretizar o plano dos autocarros eléctricos, estar atento à construção do metro ligeiro e o seu ordenamento de trânsito;
- Em articulação com o reordenamento e a inauguração dos terminais marítimos, melhorar a gestão e a organização do trânsito circundante;
- Concretização do Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau, proceder à ligação eficaz dos serviços de Express-link marítimo-aéreo e terrestre-aéreo.

Protecção do ambiente, Energia e Telecomunicações

- Continuar a reforçar o controlo da poluição do ar e a melhoria do nível de tratamento de resíduos, promover a implementação do regime de avaliação do impacto ambiental, concretizar faseadamente o planeamento da protecção ambiental;
- Implementar medidas incentivas para o aceleramento da eliminação de veículos em circulação altamente poluidores, a ampliação do âmbito do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética;
- Criar o regime de água reciclada, aprofundar as medidas para explorar novas fontes e conservação de água, implementar o novo sistema tarifário de electricidade;
- Aperfeiçoar o regime jurídico da área de telecomunicações e as infra-estruturas das redes, promover o desenvolvimento da convergência das telecomunicações.

Comissariado contra a Corrupção

Em 2013, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) envidará todos os esforços na promoção de um sistema integro junto da comunidade. A par disso, considerando a realização das eleições para a 5.ª Assembleia Legislativa da RAEM, o CCAC vai adoptar, de forma atempada e adequada, diferentes manobras estratégicas, para a conjugação e sincronização do plano de acções de sensibilização e das estratégias de execução sobre a prevenção e combate à corrupção eleitoral.

No âmbito do combate à corrupção

- Reforçar-se-á a fiscalização e a execução das leis no domínio das actividades da Administração Pública mais expostas ao crime de corrupção;
- Serão intensificadas as acções destinadas a prevenir e combater o crime de corrupção no sector privado, permitindo assim criar um ambiente empresarial íntegro e justo.
- O CCAC irá reforçar a formação interna e introduzir um modelo de gestão moderna, para elevar o nível de qualificação profissional e de desempenho das funções da equipa de investigadores;
- Tendo em conta a realização das eleições para a 5.ª Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, o CCAC irá assumir como prioritário o combate à corrupção eleitoral, garantindo a incorruptibilidade, a justiça e a imparcialidade dos actos eleitorais;
- Promover-se-á a colaboração para o cumprimento das disposições previstas na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção na Região Administrativa Especial de Macau, e empenhar-se-á em participar e apoiar na promoção da cooperação judiciária internacional.

No âmbito da provedoria de justiça

- Praticará actos de investigação em relação às participações e queixas apresentadas pelos cidadãos, com vista à verificação da legalidade e da razoabilidade dos actos e dos procedimentos administrativos, assegurando desta forma que os serviços públicos actuam de acordo com a lei, em prol dos legítimos direitos e interesses dos cidadãos;
- Pronunciar-se-á sobre as deficiências de normas jurídicas que verificar e ainda o cumprimento do princípio da legalidade por parte dos serviços públicos;
- Continuará a promover o Plano para uma Gestão Íntegra no sentido de apoiar os serviços públicos a melhorar internamente a gestão da integridade;
- Reforçará a promoção das funções da provedoria de justiça junto da população, sensibilizando-a para a defesa dos seus direitos e interesses;
- Continuará a participar activamente nas actividades das organizações internacionais no âmbito de provedoria de justiça.

No âmbito da sensibilização

- Reforçar a educação da integridade dos trabalhadores da Administração Pública, para elevar a conduta íntegra da equipa de funcionários públicos;
- Continuar a realizar acções promocionais da Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, e promover, conjuntamente com os respectivos sectores, um ambiente empresarial justo;
- Intensificar os trabalhos de promoção da integridade junto da juventude e dos cidadãos;
- Com o aproximar das eleições da 5.ª Assembleia Legislativa, o CCAC vai desenvolver, especialmente, acções promocionais sobre eleições limpas.

Outros Assuntos

- Prevê-se em 2014, uma avaliação por parte dos peritos das Nações Unidas, na qual será prestada particular atenção ao cumprimento por parte da República Popular da China da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. O CCAC vai prestar uma colaboração activa com o intuito de cumprir esta missão no âmbito da aplicação da respectiva Convenção;
- Continuará a propor ao Governo a adopção de medidas com vista a assegurar o cumprimento e a aplicação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, tal como medidas legislativas e medidas de aperfeiçoamento do regime administrativo;
- O CCAC vai estreitar as relações de cooperação com os órgãos de supervisão do interior da China.

Comissariado da Auditoria

Estabelecer o plano director de desenvolvimento da auditoria baseada em tecnologias de informação e comunicação

- Além da implementação do "Programa Informático de Auditoria in loco", o CA vai debruçar-se sobre o estabelecimento dum plano director de desenvolvimento sustentado da auditoria baseada em TIC, em cujo quadro vai explorar a conjugação entre os trabalhos de auditoria e o desenvolvimento do sistema electrónico de operações financeiras da RAEM, com vista a criar as bases técnicas para uma auditoria baseada em TIC mais eficaz.

Intensificar as auditorias concomitantes

- O CA vai aumentar a eficácia e a eficiência de execução de auditorias concomitantes de forma a poder apresentar atempadamente opiniões e sugestões práticas e válidas.

Reforçar a formação de pessoal

- Em resultado do cruzamento da análise aos recursos humanos disponíveis e da formação de pessoal ministrada nos anos anteriores com a exigência crescente dos trabalhos a desenvolver, organizar cursos de formação profissional ajustados ao pessoal de auditoria com vista ao aperfeiçoamento contínuo e elevado da equipa de auditoria.

Garantir a qualidade dos trabalhos de auditoria

- O CA vai reforçar e melhorar a gestão e a organização das auditorias. Serão aplicados métodos científicos para aperfeiçoar o planeamento, a organização, o acompanhamento, o controlo e a supervisão dos projectos de auditoria, por forma a que sejam executados com maior eficiência e qualidade.

Reforçar as actividades de divulgação e promoção

- O CA vai realizar palestras e workshops para que os trabalhadores dos diversos níveis possam aprofundar os seus conhecimentos sobre os trabalhos de auditoria e contribuir para a sua motivação no que respeita à boa utilização dos recursos públicos. O CA irá proceder à actualização atempada do material didáctico utilizado nas actividades de divulgação e promoção. O CA vai continuar a incluir auditores nas actividades de divulgação com vista a intensificar o diálogo com os participantes dos serviços públicos, revelando, assim, com a sua experiência, a importância e viabilidade desta metodologia na disseminação da cultura de auditoria.